

ICMBio

Edição 594– Ano 13 – 9 de abril de 2021

em foco

Lições que o fogo deixa

ICMBio divulga resultados de 2020

Parque Nacional do Iguaçu registra o nascimento de mais uma onça

Lições que o fogo deixa

Era o começo de agosto do ano de 2020. Sítios que fazem monitoramento de focos de calor indicam incêndios na região do Pantanal, o que não é incomum para a época de estiagem, na qual as chamas encontram condições mais favoráveis para propagação. No entanto, no início daquele mês, seria o começo de uma das maiores operações de combate a incêndios florestais já ocorrida no País e uma das emergências ambientais mais noticiadas nos principais jornais do Brasil e do mundo.

A Operação Pantanal II começou, oficialmente, no dia 07 de agosto, reunindo uma estrutura nunca vista: aeronaves, helicópteros, além de brigadistas do ICMBio, Ibama, militares do Corpo de Bombeiros e das Forças Armadas. Eles se juntaram aos pantaneiros, brigadistas e servidores públicos que já estavam na região ajudando a combater os incêndios que se propagavam rapidamente devido ao acúmulo de matéria vegetal seca, baixa umidade do ar e temperatura acima

dos 38 graus Celsius. Todos esses fatores, aliado a um período de mais de dois meses sem um pingo de chuva no Pantanal, fizeram com que este evento se tornasse o mais severo da história do bioma e que os incêndios avançassem tão rapidamente.

Para enfrentar este grande desafio, diversos atores locais tiveram de se unir: retomar parcerias e diálogos que se perderam por uma ou outra divergência. Um esforço de grandes proporções que reuniu governos de todas as esferas, organizações da sociedade civil organizadas, proprietários, empreendedores e o principal – o Homem Pantaneiro, que depende da sua coexistência com a natureza para sobreviver.

A Reserva Particular de Patrimônio Natural gerida pelo Sesc Pantanal foi uma das que entraram em combate ainda no começo de agosto. Por lá, o fogo começou na porção norte da unidade, no dia 4 – em algumas semanas, seriam várias frentes de combate – que atingiriam mais de 90% dos 108 mil hectares da maior RPPN do País.

Até o final do evento, em meados de dezembro, o incêndio iria consumir 4,5 milhões de hectares (2,5 milhões somente no Mato Grosso) de 2058 propriedades rurais, 16 unidades de conservação de diferentes esferas e seis terras indígenas distribuídas em 21 municípios.

SALVANDO A TRANSPANTANEIRA

A MT- 060, também conhecida como Estrada Parque Transpantaneira, liga a cidade de Poconé até a localidade de Porto Jofre, à beira do Rio Cuiabá, que divide os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A rodovia é o único acesso por solo.

Os primeiros focos rondavam a estrada, há cerca de 6km de distância, por volta do dia 4. Cinco dias depois, a Transpantaneira foi atingida em cheio. O ICMBio foi uma das instituições que agiu em sua defesa, já que a perda de trechos da Transpantaneira, especialmente de suas pontes de madeira para travessia de trechos alagados, acarretaria o isolamento de toda uma região. Além de garantir a logística, salvaguardar a

Transpantaneira também significava resguardar e proteger a habitação de moradores da região, por conseguinte, salvar suas vidas.

No dia 11, a equipe do ICMBio entrou em ação. Os objetivos eram conter uma grande frente que ameaçavam o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e proteger uma base de pesquisa pertencente ao Ibama que ficava na beira da Transpantaneira. Vizinho à base, estavam a propriedade de um apicultor, que posteriormente, agradeceu a equipe, emocionado, pela pronta ação e a propriedade de um servidor aposentado do ICMBio. Sem as linhas de defesa confeccionadas pelos brigadistas, provavelmente, suas propriedades teriam sido destruídas.

Outras frentes também ameaçavam as pou-sadas que ficam na beira do rio. Gerentes e proprietários contam do fogo chegando perto dos chalés e assustando hóspedes, mas também da rápida e eficiente ação dos brigadistas, que seguraram o fogo e deixaram as estruturas intactas, uma vez que elas também estavam sendo

Analistas do ICMBio avaliam efeitos do fogo três meses após o final do incêndio no Pantanal



utilizadas para pouso de aeronaves e abrigo para brigadistas.

Porém, mesmo com o esforço épico dos combatentes, o fogo começou a ameaçar as unidades de conservação da região: o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, à sudoeste do Mato Grosso; e as Estações Ecológicas Serra das Araras e do Taiamã, à oeste.

Inicialmente, no Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, a principal estratégia foi a queima de expansão entre duas áreas queimadas naturais preexistentes, ação planejada por meio de análise de sensoriamento remoto. A linha possuía de 4 a 5 km e foi expandida para aumentar a sua largura, de forma a “ligar” as duas áreas. Com isso foi formada uma extensa barreira de proteção para impedir a passagem da frente do fogo que se aproximaria. Nos meses seguintes o Parque Nacional ainda seria atingido por outras frentes de incêndios florestais tendo sido realizada uma grande operação de combate que chegou a ter a operacionalização de três helicópteros do Ibama e dezenas de brigadistas envolvidos, um esforço que se estendeu até o mês de dezembro.

O analista ambiental da Estação Ecológica da Serra das Araras, Marcelo Andrade, se lembra de percorrer a Transpantaneira procurando por colunas de fumaça. Andrade foi um dos servidores que esteve em campo durante as semanas intensas de combate. Em setembro, o fogo também atingiria sua unidade de lotação, bem como outras UCs como o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, mais próximo da Transpantaneira e a Estação Ecológica do Taiamã. Ao todo, os incêndios consumiram cerca de 85% do Parna do Pantanal, 35% da Esec do Taiamã e 83% da Esec Serra das Araras.

CÉU CINZA

Em 1902, Euclides da Cunha escreveu que o “sertanejo é, antes de tudo, um forte”, em sua obra épica, “Os Sertões”. O mesmo poderia valer-se para o pantaneiro, um homem que assim como sua contraparte sertaneja, também vive



Brigadistas combatem fogo que “pulou a margem” do rio Cuiabá

há gerações tendo a natureza como sua companheira: às vezes gentil e carinhosa, e às vezes, enfrentando sua fúria. O presidente do Instituto Homem Pantaneiro, uma das instituições que atuou durante os eventos, Coronel Angelo Rabelo, diz que “O Pantaneiro é uma figura que estabelece um pacto com a natureza, sem impor e respeitando seus ciclos”.

Talvez, por isso, o fogo que atingiu o bioma esteja tão marcado na memória de todos os que ali residem. É unânime a opinião dentre os moradores mais velhos que jamais um incêndio tão severo foi visto na região. Relatos contam de comportamentos inéditos, como o fogo atravessando o rio Cuiabá de uma margem à outra.

Dona Leonida Aires de Souza é Presidente da Associação de Mulheres da Comunidade da Barra de São Lourenço, adjacente ao Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense. Por lá, ela é conhecida simplesmente como dona Eliane. “Sou nascida e criada aqui e nunca vi, em cinquenta anos, um fogo como este”, conta. Assim como dona Eliane, diversos pantaneiros antigos na região relatam que o incêndio que atingiu o Pantanal foi de proporções inéditas.

A comunidade, que abriga 23 famílias que sobrevivem da pesca e do artesanato, presenciou o incêndio no meio do mês de agosto. “Assim que vi a cortina de fumaça, imediatamente liguei para o Nuno (Nuno Rodrigues, analista ambiental do Parque Nacional), e avisei que o fogo estava chegando na comunidade”. O servidor do ICMBio mobilizou apoio do Prevfogo/MS, que agilizou a ajuda de bombeiros militares do estado do Paraná, e deslocou brigadistas para proteger a comunidade. “Algumas pessoas tiveram que deixar suas casas por uma noite, foi um momento em que ficamos muito assustados”, lembra dona Eliane.

A comunidade passaria por outro revés pouco tempo depois. Seria ameaçada por outra frente, que já havia passado pela RPPN Acurizal. “Ficamos dias com os céus encobertos, cinzas, de tanta poeira e fuligem”, conta dona Eliane. Dados estimam que durante o evento mais de 140 toneladas partículas de gases de efeito estufa,

como o gás carbônico, foram emitidos para a atmosfera.

Meses depois, os efeitos do fogo ainda são sentidos. A comunidade, que sobrevive da pesca, possui dificuldades em localizar isca e se preocupa com o futuro já que as águas do rio Cuiabá ainda têm carvão e fuligem.

HORA DO AGRADECIMENTO

O fogo durou até meados de dezembro quando consumiu 4,350 milhões de hectares do bioma. Com as múltiplas frentes de combate, a prioridade dos combatentes passou a ser a proteção da vida dos moradores que ainda estavam por lá. Manchas de vegetação passaram a ser refúgios, onde os animais encontravam água e comida, natural, ou em cochos montados por voluntários e instituições como o Sesc Pantanal e o Instituto Homem Pantaneiro.

Com o intuito de agradecer o empenho e reforçar parcerias, a Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios (COIN/CGPRO/DIMAN), em conjunto com as gestões das UCs locais e servidores que participaram das ações de combate em 2020, organizou uma missão de agradecimento, para entregar medalhas e cartas assinadas pelo diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (Diman), Marcos Simanovic a diversos atores que se empenharam para viabilizar a maior operação de combate a incêndios florestais ocorrida no País.

“As pessoas largaram seus afazeres e trabalhos rotineiros para somar esforços aos órgãos ambientais para poder combater esses incêndios. Empresas, propriedades rurais, hospedagens, cederam um pouco do que têm para compor esta grande estrutura”, conta o diretor da Diman, Marcos Simanovic. “Esta capacidade de se doar para proteger a natureza faz as pessoas que ajudaram serem diferenciadas, pois elas fizeram acontecer. O ICMBio fez esta visita num ato singelo de prestígio para as pessoas que se dedicaram, fizemos esta homenagem com muito carinho para reconhecer o esforço”.



Medalhas e cartas com agradecimentos do diretor da Diman foram entregues a proprietários, gerentes de pousadas e todos os parceiros na luta contra o incêndio que atingiu o Pantanal em 2020

Ramilla Rodrigues



Ramilla Rodrigues

Meses depois, fuligem e carvão ainda são vistos nas águas do rio Cuiabá

Na capital Cuiabá, o ICMBio visitou o Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), coordenador do Centro Integrado Multiagências do estado, que disponibilizou militares ao longo dos 76 dias da Operação Pantanal. A homenagem foi entregue à Tenente Coronel Juciery, que reafirmou o compromisso de cooperação entre as duas instituições.

O Ibama-Prevfogo, parceiro costumaz do ICMBio em diversas ações contra incêndios, também foi homenageado com uma medalha. Os brigadistas do Prevfogo atuaram ao lado dos brigadistas contratados pelo ICMBio, especialmente no apoio às unidades de conservação. Na Esec Serra das Araras, por exemplo, houve profissionais das brigadas do Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro. Eles se uniram aos brigadistas contratados pela própria UC, além dos brigadistas da

Esec Serra Geral de Tocantins (TO) e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ).

Na região da Transpantaneira, o ICMBio visitou e entregou medalhas de agradecimento, além de uma carta assinada pelo diretor da Diman em hotéis e pousadas, como o Hotel Santa Rosa, o Hotel Pantanal Norte e a Pousada Porto Jofre. Eles forneceram locais para brigadistas, bombeiros e pilotos repousarem e estruturas como cozinhas e pistas de pouso para helicóptero e aeronaves, o que foi essencial, visto que a Operação chegou a ter mais de 500 profissionais envolvidos.

Em Poconé, a instituição agradeceu ao “Seu Tutu”, servidor aposentado do ICMBio e que está sempre apoiando as ações de proteção do antigo órgão. O auxílio de “Seu Tutu” ficou

repita. Uma delas é o manejo integrado do fogo (MIF) para o território. O MIF é a principal estratégia de prevenção adotada pelo ICMBio e se baseia em três pilares: ecologia do fogo (atributos ecológicos do fogo); cultura do fogo (uso tradicional) e manejo do fogo (prevenção, supressão e uso). Segundo Morita, no Pantanal, o MIF auxiliará na integração das múltiplas ações de prevenção dos atores sociais com atuação no território e a fragmentar as porções atingidas pelo fogo, de forma que os incêndios não afetem o bioma de maneira tão uniforme como foi em 2020. Unidades em Mato Grosso já iniciam o MIF neste mês.

Durante a visita ao Pantanal, a Coin participou de reuniões com parceiros-chave. Com o SESC Pantanal, que teve uma das áreas mais castigadas pelo incêndio, o ICMBio reforçou ainda mais as boas relações, inclusive de expansão no conhecimento do fogo aplicado no território. De acordo com a gerente de Pesquisa e Meio Ambiente do Sesc Pantanal, Cristina Cuiabália, o apoio do ICMBio será crucial para os planejamentos da brigada que o Sesc vai contratar ainda neste ano.

Outra instituição consultada foi o Sindicato Rural de Poconé, que representa os proprietários rurais. Os proprietários são um braço importante no MIF pois representam o uso tradicional no uso do fogo.

Quase no final da missão, a equipe realizou reunião técnica junto ao Instituto do Homem Pantaneiro, importante parceiro na região com projetos para a gestão territorial de RPPNs contíguas ao Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense.

O SESC Pantanal, o Sindicato Rural de Poconé e o Instituto do Homem Pantaneiro também receberam os agradecimentos do ICMBio, medalhas e a carta do Diretor da DIMAN.

Por fim, a equipe realizou algumas avaliações em campo dos efeitos do fogo no interior do Parque e discutiu a elaboração de um relatório cronológico e visual (imagens e mapas) da evolução dos incêndios, para subsidiar as discussões técnicas sobre a execução do Projeto de pesquisa “Avaliação do Impacto do Fogo sobre a Biodiversidade do Pantanal”, que envolve inúmeros Centros de Pesquisa do ICMBio e outras ações que serão desenvolvidas no território Pantaneiro.

A primeira reunião deste projeto está marcada para os dias 13 a 15 de abril e deve envolver as Universidades Federais do Rio de Janeiro e do Mato Grosso; Embrapa Pantanal, Projeto Mogu Mata, Ibama, Sesc Pantanal e outros parceiros citados. A pauta será em como agregar à proposta do projeto ações já em curso pelos parceiros externos, o refinamento, prevenção de sobreposição de ações, estímulo de cooperação e alinhamento dos objetivos.



Ramilla Rodrigues

Comunidade Barra do São Lourenço, uma das atingidas pelo fogo

Conselheiros conhecem Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas no Parna da Furna Feia

Conselheiros do Parque Nacional (Parna) Furna Feia, no Rio Grande do Norte, conheceram o “Projeto Furna Feia: Recuperação de Áreas Degradadas e Apoio à Sustentabilidade Local”. A visita, ocorrida em fevereiro, obedeceu aos critérios de prevenção à Covid-19, inclusive com número reduzido de conselheiros (três por vez) e foi acompanhada pela equipe da InterTV Rural (afiliada da Rede Globo).

O Projeto visa a manutenção e a preservação da biodiversidade desta Unidade de Conservação por meio da elaboração e execução de seu Plano de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD, incluindo corredores ecológicos, com a participação das comunidades locais. As ações são implementadas pela Organização Sertaneja dos Amigos da Natureza SOS Sertão por meio do GEF Terrestre desde abril de 2020.

Foram definidos 106 ha e iniciadas 13 técnicas de plantio de espécies nativas e de recuperação do solo em duas parcelas com áreas de 21 ha e 71 ha. Os 14 hectares restantes estão sendo preparados em mais 3 parcelas no interior da unidade.

Até o momento já foram plantadas 8,5 mil mudas em 15 hectares. Estima-se o plantio de

aproximadamente 130 mil mudas até o final da execução do Projeto, em 2023. Espécies como aroeira, jurema, catigueira, sabiá, angico e mororó, frequentemente encontradas no Parque Nacional da Furna Feia, tiveram sua representatividade na escolha das mudas plantadas.

O Projeto promove capacitações em diversos temas, abrangendo tecnologias sociais inovadoras que possam contribuir para a geração de empregos e renda para as comunidades locais. Nesse sentido a SOS Sertão, junto com a Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Consultivo do Parque e a EMATER, executou o “Treinamento de Coleta e Armazenamento de Sementes” de espécies nativas para 15 comunidades da zona de amortecimento envolvidas no Projeto TBC – Turismo de Base Comunitária, executado pela própria Câmara Temática.

Segundo o coordenador do Projeto, Joaquim Neto, “ainda queremos trazer capacitação de técnicas de plantio e de recuperação do solo, envolvendo as comunidades. Assim como, trabalhar os temas de turismo e corredores ecológicos. Nosso próximo passo será trabalhar a capacitação sobre o desenvolvimento de produção de orgânicos para tentar aumentar os sistemas florestais”.

Conselheiros conhecem Projeto que visa sustentabilidade no Parna da Furna Feia



Parque Nacional do Iguaçu registra o nascimento de mais uma onça



(Imagens de Camera Trap)

Filhote de onça com a mãe, Indira, também nascida no Parque, em 2018

Boas notícias no Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná. Nesta semana, a unidade famosa por abrigar as célebres quedas d’água, registrou mais um novo filhote de onça-pintada (*Panthera onca*). A mamãe da vez onça Indira, que nasceu em 2018 e que acaba de atingir a maturidade sexual, portanto, mãe de primeira viagem. Indira, por sua vez, é filha da onça Atiaia.

O filhote, de aproximadamente quatro meses, foi flagrado por armadilhas fotográficas quando caminhava junto com a mãe. Ainda não é possível determinar o sexo do filhote, mas assim que isso for conhecido, o nome será escolhido nas redes sociais.

O nascimento de onças-pintadas é um indicativo de recuperação da espécie e esperança de manutenção da população a longo prazo. O grupo que reside no Parque e seus arredores é o único na Mata Atlântica que está crescendo comprovadamente.

Os filhotes de onça-pintada ficam junto com a mãe até aproximadamente os dois anos de idade, quando se dispersam, com as fêmeas ficando, geralmente, um pouco mais próximas dos territórios das mães. Segundo o coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (Cenap), Ronaldo Morato, as onças se alimentam de leite materno nos dois primeiros meses de vida, e depois começam a ingerir carne. Aos 22 meses, as fêmeas já estarão aptas para reprodução, e os machos, a partir de dois anos, porém, conforme ressalta Morato, eles devem adquirir massa muscular para competir com outros machos.

O Parque Nacional do Iguaçu é um importante local para conservação das onças-pintadas, já que protege uma importante população na Mata Atlântica, onde estes felinos estão criticamente ameaçados de extinção e que pode ser o primeiro bioma tropical no qual as onças-pintadas serão extintas.

Onça-pintada da Caatinga renasce após ser resgatada pelo ICMBio

A onça-pintada (*Panthera onca*) da Caatinga, de 15 anos de idade, carinhosamente apelidada de Luísa, foi resgatada em duas situações nada comuns para a espécie, após ficar aprisionada em cavernas da região da Área de Proteção Ambiental (APA) do Boqueirão da Onça, no município de Santo Sé, no norte da Bahia. O Núcleo de Gestão Integrada do Instituto Chico Mendes (ICMBio), em Juazeiro/BA, foi o responsável pelo segundo resgate. Como resultado dos acontecimentos, a felina ganhou um novo lar no Instituto NEX – No Extinction, em Corumbá de Goiás.

Em abril de 2019, a bióloga Claudia B. Campos, na ocasião, coordenadora do Programa Amigos da Onça, do Instituto Pró-Carnívoros, organizou uma força-tarefa para resgatar Luísa, que havia sido aprisionada, há uma semana, por criadores de ovelhas e cabras da região, após ter predado uma ovelha e a levado para dentro da caverna.

Após 22 dias, a onça foi resgatada com apenas 35 kg, desidratada e debilitada. Uma equipe de 11 pessoas enfrentou colmeias de abelhas e os desafios de acesso à caverna. Levada para o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), do Cemafauna da Universidade Federal do Vale de São Francisco (Univasf), em Petrolina/PE, a felina passou por cuidados até a recuperação total. Dois meses depois pode ser devolvida à região em que habitava, com um colar de monitoramento a distância, para que a equipe do programa pudesse acompanhar seus passos.

No entanto, em fevereiro de 2020, Luísa voltou a ficar presa em outra caverna da região,

apesar dos esforços da equipe em mantê-la nas serras, longe das comunidades. Chamada novamente, Claudia foi atender a ocorrência, mas desta vez como a chefe do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) – ICMBio Juazeiro e gestora das Unidades de Conservação do Boqueirão da Onça.

Devido às características do local e o tempo necessário para reunir uma equipe e materiais especiais, Luísa foi resgatada em 15 dias e levada novamente para o Cemafauna, onde precisou de cuidados específicos para eliminar uma infecção oral, causada por dentes quebrados e inflamados, da qual se recuperou completamente.

Segundo Cláudia Bueno, foi necessária uma avaliação profunda para decidir se a onça-pintada voltaria para a natureza ou não. Além

disso, foram consideradas as características peculiares do bioma Caatinga, as condições físicas e, principalmente, a segurança do animal. “Diversos especialistas do Instituto avaliaram que, com a idade avançada, a onça não sobreviveria caso fosse solta. Por isso, a melhor alternativa foi levá-la para um ambiente seguro e saudável”, explicou. Assim, a transferência de Luísa ocorreu em fevereiro deste ano, em parceria com o Cemafauna/Univasf, o 72º Batalhão de Infantaria de Petrolina e a ONG Ampara Animal, para o Instituto NEX.

Indicado pelo Programa Nacional de Cativeiro de Espécies Ameaçadas, coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros do ICMBio (Cenap) e a Associação dos Zoológicos e Aquários Brasileiros (AZAB), o NEX abriga espaços projetados para o desenvolvimento de felinos silvestres que não têm

mais condições de retornar à natureza. Ambientes confortáveis e seguros, com piscinas, tocas, vegetação e objetos que estimulam atividades físicas. Coordenada pelo NGI ICMBio Juazeiro, a transferência para o Estado de Goiás contou com instituições parceiras, como o Cemafauna/Univasf, o 72º Batalhão de Infantaria de Petrolina e a ONG Ampara Animal.

Destaca-se que o lugar dos animais silvestres é na natureza e decisões como essa são o último recurso para evitar que um animal seja abatido, principalmente em caso de espécie ameaçada de extinção. Portanto, o trabalho que o ICMBio e outras instituições desenvolvem de conservação das espécies brasileiras são de extrema importância para biodiversidade e para a coexistência entre os humanos e animais silvestres no País.



Amigos da Onça

Onça Luísa durante manejo

Parque Nacional do Viruá recebe presidente do BNDES

No dia 24 de março, o Parque Nacional do Viruá, em Roraima, recebeu a visita técnica do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano acompanhado da prefeita de Caracaraí, Dianiry de Souza Coelho e de outras autoridades municipais e estaduais. Além deles, o chefe do Núcleo de Gestão Integrada Roraima, Geomar da Silva Carneiro e da Base Avançada de Manaus, Ronilson Vasconcelos Barbosa que estavam presentes. Eles ressaltaram a importância de visitas técnicas deste porte, com a finalidade de criar oportunidades de negócios entre várias esferas e partes interessadas no desenvolvimento econômico por parte do segmento de turismo.

O objetivo da visita foi o de mostrar as infraestruturas disponíveis atualmente na sede do parque e a necessidade de construção de novos espaços que possam não só melhorar a qualidade da experiência da visitação, quanto dar suporte às atividades de gestão do NGI ICMBio Roraima, principalmente voltado para a área de uso público e visitação.

A analista ambiental responsável pela área temática de Uso Público, Havana Maduro Viana, apresentou uma palestra sobre os atrativos de visitação atualmente oferecidos pelo Viruá e as estruturas que devem ser implantadas em pontos estratégicos para melhor ordenar o turismo no parque, como a construção de pontes, torres de observação, auditório e alojamentos. No final da explanação, foram entregues cópias do Projeto para Suporte nas Atividades de Uso Público ao Presidente do BNDES e para a Prefeita de Caracaraí, na expectativa de captação de recursos futuros.



Comitiva do presidente do BNDES visita Parque Nacional do Viruá

Acervo NGI Roraima

ICMBio divulga resultados de 2020

Com quase 100% dos recursos orçamentários executados e mais de R\$ 39 milhões em recursos de compensação ambiental, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresenta o Relatório de Gestão Integrada com todos os avanços alcançados ao longo do ano de 2020. Elaborado sob o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e entidades vinculadas, o documento marca o compromisso pela transparência com a sociedade brasileira.

Mais 13 unidades de conservação foram incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e 32 editais lançados para serviços de apoio às visitas em UCs, no último ano, conforme indica o relatório. Também, 75% das 1.173 espécies listadas oficialmente como ameaçadas de extinção foram beneficiadas, em 2020, em 48 Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs).

No período em questão, o ICMBio implantou uma nova estrutura organizacional e aderiu a programas importantes do governo federal na busca do fortalecimento institucional e pela implementação das unidades de conservação, como o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (Transforma-Gov). Além disso, apostou na institucionalização de políticas internas, com a criação da Corregedoria, a publicação do Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do ICMBio e o Estatuto da Auditoria Interna.

“Para a gestão, o Relatório é uma auto avaliação e deve proporcionar ao gestor uma visão estratégica e de orientação para o futuro quanto às decisões de manutenção ou de mudança



no curso de sua atuação e, assim, buscar atingir os melhores resultados e gerar valor público. Ao mesmo tempo é um instrumento importante de transparência, de comunicação entre governo, cidadãos e seus representantes, apontando a eficiência no uso dos recursos públicos e seus impactos na sociedade”, diz Vanessa Simas, chefe substituta da Divisão de Gestão Estratégica e Modernização (DGEM).

Outras benfeitorias do Instituto estão listadas no Relatório de Gestão Integrada 2020, como os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial da pasta. Para acessar o documento na íntegra, basta clicar [aqui](#).

Dia Mundial de Conscientização do Autismo: #Respectro

Em 2007, a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 02 de abril como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, como uma data para chamar a atenção da sociedade sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O TEA é uma condição de saúde caracterizada por déficit em duas importantes áreas do desenvolvimento: comunicação social e comportamento. Utiliza-se o termo “espectro” porque existem vários subtipos de autismo, com variados graus de moderação, e que compreende indivíduos que apresentam comorbidades associadas – como alguns déficits intelectuais, epilepsia etc – a indivíduos que conseguem levar vidas independentes e até mesmo não diagnosticados.

Por muito tempo, esta foi uma condição estigmatizada e encarada como uma doença, o que levava cada vez mais com que autistas, bem como outras pessoas neurodivergentes, fossem apartadas do convívio social. No entanto, graças a dedicação das famílias e do incremento de conhecimento da comunidade científica, pessoas diagnosticadas dentro do espectro autista conseguem, cada vez terem acesso a melhores terapias e ter mais representatividade e inclusão social.

A servidora Freida Freitas, lotada na Divisão de Gestão Estratégica e Modernização (DGEM/ Gabin/Presidência) é mãe da Lívia, de 17 anos. Aos dois anos, Lívia foi diagnosticada com TEA, apresentando um grau moderado.

Freida enxerga que as pessoas com autismo tiveram muitas vitórias ao longo do tempo,

especialmente no que tange à inclusão social. “Pela minha experiência eu acho que a iniciativa de mudança tem que partir da família da criança com autismo para com a sociedade. Não podemos esperar que a sociedade naturalmente se conscientize. Nós precisamos sempre falar e ensinar a respeitar o diferente, ter empatia pelo próximo”, ressalta.

“A pessoa com autismo, mesmo em seus graus mais severos, pode e deve ser acolhida clinicamente, psicologicamente e afetivamente pela família e sociedade de maneira que estude, trabalhe, brinque e se desenvolva como qualquer outra pessoa”, diz a psicóloga Luciana Lowert.

No caso de Lívia, Freida conta que ela nunca deu limitações à filha. “Nunca deixei de sair para os lugares com minha filha, sempre deixei que Lívia pudesse experimentar o mundo e ver como ela se adaptava a ele”, conta Freida. Cinema, parques, férias, viagens, todas essas atividades fizeram parte da rotina de Lívia. “Incluir a pessoa com autismo dentro da rotina da família é fundamental para que ela se sinta respeitada enquanto membro familiar e da sociedade”, diz Luciana. “Mas a família, assistido por profissionais, deve, à medida do possível, inserir a pessoa autista nas atividades respeitando seu espaço individual e suas limitações”, enfatiza a psicóloga.

Foi o caso de Freida e Lívia, que gosta muito de parques de diversões. No entanto, o nível de ruído pode ser uma experiência não muito agradável para pessoas com sensibilidade sensorial. “Nas primeiras vezes em que a levei à parques, tive que colocar fone de ouvidos(abafador) para que ela ficasse tranquila no ambiente”. Freida diz que Lívia gosta mais de olhar a movimentação e, se estiver muito animada, brincar em um ou dois brinquedos. “Nós da família respeitamos isso e nos divertimos junto com ela no parque, do jeito dela”, completa Freida. A maioria dos autistas dá preferência a atividades e *hobbies* individuais, no caso de Lívia, quebra-cabeças e videogame, mas também atividades físicas, como natação e patinete. Com a família, ela joga peteca ou bola, o que acaba tendo finalidade terapêutica. “Ela também adora aprender a falar algumas frases ou músicas em inglês ou espanhol. Ela sempre quer saber a tradução do português para o inglês/espanhol”, conta Freida.

Servidores públicos federais, como Freida, são amparados pelo artigo 97 da Lei 8.112/90 (Redação dada pela Lei nº 13.370, de 2016), que permite a extensão de concessão de horário especial ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, algo que para a servidora foi crucial para melhor equilibrar suas responsabilidades como mãe/tutora e profissional. “Devo confessar que desde 2016 minha qualidade de vida mudou totalmente. Posso balancear muito bem minha responsabilidade profissional e os cuidados com minha filha. A sensação de “culpa” foi bastante mitigada. É uma luta diária se dedicar tanto à criança deficiente quanto a sua profissão, sem culpas. Esse equilíbrio é de fundamental importância para saúde mental e física do servidor”.

MUDANÇAS DE ROTINA

Assim como outros familiares de pessoas com autismo, Freida conta que o isolamento social causado pela pandemia é um grande desafio. De acordo com Amanda Puly, do blog Psicologia Acessível, “A criança com autismo precisa de previsibilidade no seu dia a dia: o que irá acontecer, quais atividades irá fazer, ser haverá algo



Arquivo pessoal

diferente. A antecipação dos acontecimentos faz com que ela se sinta segura, saiba seus objetivos e o que os outros esperam que ela faça”. Logo, quando padrões são quebrados, pode ocorrer a perda de segurança e conforto da pessoa com autismo.

“No caso da minha filha o maior impacto na pandemia foi a escola. Ela realmente não se adaptou as aulas online e esse está sendo o maior desafio. Nós, os pais, tivemos que nos desdobrar, mais ainda, em fazer atividades adaptadas e interativas com ela para alcançar um pequeno avanço no que se refere ao aprendizado escolar”, conta Freida. A mãe de Lívia também fala que, por estarem totalmente isolados, Lívia teve algumas terapias, como a musicoterapia (onde toca bateria) e natação suspensas. A opção foram as terapias *online*, nas quais seus pais tiveram de virar seus próprios terapeutas, ao receber direcionamentos de como não deixar que a nova rotina afetasse seus progressos.



Lívia e sua mãe, Freida Freitas, servidora lotada na DGEM. Lívia foi diagnosticada no Transtorno do Espectro Autista desde os dois anos de idade



ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

DCOM

Diagramação

Marília Ferreira

Revisão de Texto

Tawana Costa

Chefe da Divisão de Comunicação

Tawana Costa

Foto da Capa

Ramilla Rodrigues

Colaboraram nesta edição

Cibelle Munhoz – Parna do Iguaçu; Cláudia Bueno – NGI Juazeiro; Freida Freitas – DGEM; Havana Viana – NGI Roraima; João Morita – Coin; Lucia Guaraldo – NGI Mosso-ró; Marcelo Andrade – Esec Serra das Araras; Maurício Marcon – Coin; Nathália Borgo – DCOM; Nuno Rodrigues – Parna do Pantanal Mato-grossense.

Divisão de Comunicação – DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste – EQSW 103/104 – Bloco C – 1º andar

CEP: 70670-350 – Brasília/DF | Fone +55 (61) 2028-9280

comunicacao@icmbio.gov.br | www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL